

Artigo publicado na edição de 18/07/2009 do Jornal Zero Hora
Tarso Genro *

O paradigma da segurança pública no Brasil está em franco processo de mudança. É um trabalho lento, difícil, que se choca - em regra - com a visão simplificadora e imediatista, ainda predominante, de que a segurança pública é exclusivamente uma questão policial.

A insegurança, nos dias de hoje, deixou de ser apenas a crise de uma política pública pontual do Estado, e passou a ser uma questão chave do Estado de Direito, central para a democracia e para a república. O Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, nasceu dessa compreensão. Envolve 108 municípios, incluindo grandes regiões metropolitanas e 21 estados, mais Distrito Federal, sem qualquer “escolha” ideológica ou partidária. Os critérios para a adesão partiram de estatísticas sobre a criminalidade nas regiões e a capacidade de formular projetos e executá-los.

A lei que criou o Pronasci, inverteu aquele processo tradicional, pelo qual os Estados demandavam especialmente armas, coletes, munição e veículos, sem sustentar os seus pedidos numa visão sistêmica das questões de Segurança Pública. A repressão era suficiente.

A União Federal propôs, então, a partir da lei 11.530/07, um leque de projetos, que vai de políticas preventivas, como as “Mulheres da Paz” e o “Protejo”, ao treinamento e à formação das polícias; passa pela reorganização da Força Nacional, determina a integração da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal aos Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública, municipais e estaduais.

O resultado começou a aparecer: no bairro Santa Marta, no Rio de Janeiro, uma pesquisa da FGV revelou que 60% dos moradores reconhecem que a segurança melhorou significativamente. Em Porto Alegre, o projeto Território de Paz começou a implementar, em junho, 27 ações de prevenção e repressão à violência para reforçar a segurança nas comunidades de Lomba do Pinheiro, Bom Jesus, Restinga e Cruzeiro.

Os investimentos de segurança do MJ, com o Pronasci, saltaram de R\$ 400 milhões em 2007 para R\$ 1,6 bilhão em 2009. Nos Estados integrantes do Pronasci, os recursos aumentaram em 70% neste período e, para os municípios encarregados das políticas preventivas, o aumento foi de 90%.

O Governo Federal, junto com estados e municípios parceiros, esforça-se, sem alarde, para firmar o Pronasci como política de Estado, não meramente de governo. Ele é o primeiro projeto estratégico de Segurança Pública instituído por uma “lei programática” no país, sem qualquer desrespeito à autonomia dos entes federados. Sua implementação é feita a partir de uma concertação política que valoriza o trabalho dos governadores e prefeitos dispostos a combater a insegurança e o crime.

Tarso Genro, ministro da Justiça